CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1.475/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 007/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 225/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEDRO II/PI E A EMPRESA **NOGUEIRA & ALENCAR LTDA**, QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE PEDRO II/PI**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, com sede na Praça Domingos Mourão Filho, 345, Centro, Pedro II – PI, inscrita no CNPJ Nº. 06.553.929/0001-24, neste ato representado pelo Sr. Secretario Municipal o Sr. Osmar Santos Getirana, CPF: 052.203.343-10, **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com sede na Rua Cipriano Leite, s/n, Bairro Boa Esperança, Pedro II – PI, Inscrita no CNPJ º. 06.074.890/0001-62, neste ato representado pela Sra. Secretaria Municipal de Educação Helany Max de Sousa Silva, CPF N. 906.210.933-00, **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Manoel Nogueira Lima, s/n, Centro, Pedro II – PI, Inscrita no CNPJ Nº. 11.694.167/0001-16, neste ato representado pela Sra. Secretaria Municipal Tatiana Martins Galvão Benício, CPF: 788.804.323-20 e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL,** com sede na Rua Corinto Andrade, centro, Pedro II – PI, Inscrita no CNPJ º. 18.675.472/0001-00, neste ato representado pela Sra. Secretaria Municipal de Assistência Social Maria Andrea dos Santos Silva, CPF Nº. 010.723.083-63.

CONTRATADA: **NOGUEIRA & ALENCAR LTDA - ME**, empresa inscrita no CNJP/MF sob o nº. 16.750.320/000107, com sede na Av. Doutor Aquiles Wall Ferraz, 5124, Loja 01, Santa Isabel, Teresina - PI, representada neste ato por Francisco da Mota Trigo de Moura, CPF nº. 054.027.573-56.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo do Pregão Eletrônico n° 007/2025, instruído através do Processo Administrativo n° 1.475/2025– CPL/PMPII, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de preço para a contratação futura de empresa para a aquisão de material de limpeza e copa e cozinha para atender as necessidades e demandas das secretárias e órgãos do municipio.

1.2. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo o edital do Pregão Eletrônico SRP n° 007/2025 e seus anexos, bem como seu respectivo Termo de Referência, Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados, instrumentos presentes no Processo Administrativo n° 1.475/2025 CPL/PMPII, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

1.3. Especificação da contratação:

ITEM	OBJETO	MARCA	QUANTIDADE UNITARIO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

2	ÁGUA SANITÁRIA LÍQUIDA 1L. Para lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias. Composição: Hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, com, no mínimo, de 2% a 2,5% de cloro ativo, incolor. Embalagem mínima 1l.	PONTAL	16.000	R$ 1,97	R$	31.520,00
3	CREOLINA DESINFETANTE, frasco com 750 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, caixa com 12 unidades	PONTAL	400	R$ 9,84	R$	3.936,00
4	DESINFETANTE LÍQUIDO 1000ML. Concentrada bactericida à base de pinho. Embalagem de 500ml.	PONTAL	10.000	R$ 3,01	R$	30.100,00
5	DESINFETANTE LÍQUIDO 2L. Concentrado bactericida à base de pinho. Embalagem de 2lt.	PONTAL	10.000	R$ 5,64	R$	56.400,00
7	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 360ML. Contendo ingrediente ativo: cloreto de benzalcônio: 0,1%. Embalagem de 360ml.	NOBRE	3.600	R$ 11,86	R$	42.696,00
9	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML. Concentrado, neutro, biodegradável, com alto poder de limpeza, para lavagem de louça e talheres. Embalagem de 500ml.	RETIRO	16.000	R$ 1,50	R$	24.000,00
10	INSETICIDA 300ML. Dedetização de insetos de for eficiente e sem colocar em risco as pessoas que precisam estar no mesmo ambiente Embalagem mínima de 300ml.	BAYGON	3.200	R$ 9,08	R$	29.056,00

11	LIMPA VIDROS COM GATILHO 500ML. Líquido levemente perfumado. Embalagem de 500ml.	PONTAL	1.600	R$ 5,65	R$	9.040,00
13	LIMPADOR MULTIUSO 500ML. Para limpeza em geral. Composição: tensoativo não iônico, conservante, fragrância e água. Embalagem de 500 ml.	PONTAL	3.600	R$ 3,93	R$	14.148,00
14	LUSTRA MÓVEIS 200ML: Uso geral em limpeza e lustre de móveis de madeira. Embalagem de 200ml.	BRIOSOL	1.600	R$ 4,89	R$	7.824,00
17	ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 500ML. 70% uso geral, incolor. Embalagem mínima de 500ml	SOL	8.000	R$ 5,03	R$	40.240,00
18	SABÃO EM PÓ 500G. Azul granulado, com ação amaciante e alto poder de dissolução. Composição Básica: tensoativo aniônico, biodegradável, acidulante, perfume, coadjuvantes, pigmento, sal inorgânico e água.	PONTAL	8.000	R$ 2,76	R$	22.080,00
20	SABÃO EM PÓ 500G. Azul granulado, com ação amaciante e alto poder de dissolução. Composição Básica: tensoativo aniônico, biodegradável, acidulante, perfume, coadjuvantes, pigmento, sal inorgânico e água.	PONTAL	3.000	R$ 23,45	R$	70.350,00
22	BALDE DE PLÁSTICO 20L. Capacidade aproximada de 20 litros, sem tampa, com alça, de alta resistência e qualidade.	MERCOMPLAS	1.000	R$ 11,99	R$	11.990,00
25	LIXEIRA INOX COM PEDAL E BALDE, Dimensões: 25 x 41 cm,	BRINOX	400	R$ 77,40	R$	30.960,00

	Aço Inox. Capacidade: 12 L.					
28	RODO PARA LIMPEZA 40CM. Borracha dupla de 40cm, cabo de madeira ou metal revestido em plástico, medindo aproximadamente 1,18m.	BELLANO	6.000	R$ 11,58	R$	69.480,00
30	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO. Composto por polipropileno e borracha termoplástica, cabo longo, com alto poder de sucção, sanfonado.	BELLANO	2.000	R$ 10,34	R$	20.680,00
31	DISPENSADOR DE ÁLCOOL EM GEL COM PEDAL. Em metal, dimensões mínimas: Altura 140cm, Largura 35c profundidade 35cm;com reservatório com capacidade de no mínimo 1 litro; acionado através de pedal.	CAB QUALITY	200	R$ 25,21	R$	5.042,00
33	SUPORTE DE PAPEL TOALHA, material plástico abs, cor cinza/branco, tipo fixação em parede com bucha/parafuso, tipo uso toalha de papel, aplicação doméstico/banheiro, características adicionais para papel com 2 ou 3 dobras.	BRALIMPA	1.200	R$ 33,21	R$	39.852,00
38	PAPEL HIGIÊNICO EXTRA BRANCO PCT COM 48 ROLOS. Macio, picotado e texturizado. Folha dupla, 100% fibras celulósicas. Rolo de 30m x 10cm. Pacote com 48 rolos.	PERSONAL	2.000	R$ 63,70	R$	127.400,00
40	PAPEL TOALHA PCT C/1000FLS. Inter folha Slim 2 Dobras 20x20cm. Celulose Virgem 100%.	VIP	8.000	R$ 11,26	R$	90.080,00
41	FILME PLÁSTICO. PVC transparente e	TERMICA	2.000	R$ 3,09	R$	6.180,00

	esticavel, nas dimensões: 28cm x 15m.					
42	FLANELA AMARELA. Para limpeza em geral. 100% algodão. Com bainha e etiqueta costurada na lateral para identificação da marca ou procedência. Dimensões: 57 x 26cm.	SANTA MARIA	3.000	R$ 3,17	R$	9.510,00
43	GARFOS DESCARTÁVEIS - REFEIÇÃO PCT COM 50 UND. Em poliestireno para refeição. Pacote com 50 unidades.	TOTALPLAST	2.000	R$ 3,25	R$	6.500,00
44	GUARDANAPOS DESCARTÁVEIS PCT COM 50 UND. Cor Branca. Em papel não reciclado. Dimensões: 22,5 x 19,5cm. Pacote com 50 unidades.	VIP	2.000	R$ 1,17	R$	2.340,00
45	LUVAS DESCARTÁVEIS DE LÁTEX G/CX COM 100 UND- Tamanho G. Para procedimentos, levemente talcadas. Com fino filme de látex resistente e homogêneo, proporcionando alta sensibilidade tátil ao usuário.	NOBRE	600	R$ 23,45	R$	14.070,00
46	LUVAS DESCARTÁVEIS DE LÁTEX M/CX COM 100 UND- Tamanho M. Para procedimentos, levemente talcadas. Com fino filme de látex resistente e homogêneo, proporcionando alta sensibilidade tátil ao usuário. Caixa com 100 unidades.	NOBRE	600	R$ 25,46	R$	15.276,00
47	LUVAS DESCARTÁVEIS DE LÁTEX P/CX COM 100 UND- Tamanho P. Para procedimentos,	NOBRE	600	R$ 26,06	R$	15.636,00

	levemente talcadas. Com fino filme de látex resistente e homogêneo, proporcionando alta sensibilidade tátil ao usuário.					
49	COLHER DESCARTÁVEL - REFEIÇÃO PCT COM 50 UND. Em poliestireno para refeição. Pacote com 50 unidades.	TOTAPLAST	2.000	R$ 4,15	R$	8.300,00
58	PALITOS DE FÓSFORO FARDO COM 10 CAIXAS. Com QUE certificação do INMETRO. Fardo com 10 caixas de 40 unidades.	QUE LUZ	1.200	R$ 3,72	R$	4.464,00
59	VASSOURA PLÁSTICA DE LIMPEZA VASO SANITÁRIO. Feita de cerdas de nylon, cabo plástico com suporte.	BELLANO	4.000	R$ 6,33	R$	25.320,00
60	VASSOURA. Base 30 cm, cerdas em pêlo, com cabo de madeira plastificado, rosqueável, com ponteira, medindo aproximadamente 1,50m	BELLANO	10.000	R$ 9,50	R$	95.000,00
62	ESCOVÃO PARA PISO. Tipo esfregona, com cerdas duras, base em plástico medindo de 30 a 40cm, com cabo medindo aproximadamente 1,40m, ideal para limpeza pesada de piso.	BELLANO	2.000	R$ 18,89	R$	37.780,00
63	ESFREGÃO, MOP SEM CABO	BELLANO	1.000	R$ 19,26	R$	19.260,00
64	ABRIDOR DE RECIPIENTES (LATA/GARRAFA)	BRINOX	60	R$ 4,46	R$	267,60
65	BANDEJA INOX GRANDE	BRINOX	160	R$ 21,31	R$	3.409,60
66	BANDEJA INOX MÉDIA	BRINOX	160	R$ 27,70	R$	4.432,00
67	BANDEJA INOX PEQUENA	BRINOX	160	R$ 28,83	R$	4.612,80

68	BORRACHA P/PANELA DE PRESSÃO	EIRILAR	60	R$ 3,79	R$	227,40
69	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO N°24.	TRIUNFO	60	R$ 57,79	R$	3.467,40
70	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO N°30	TRIUNFO	60	R$ 41,15	R$	2.469,00
71	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO N°38	TRIUNFO	60	R$ 111,17	R$	6.670,20
72	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO N°40	TRIUNFO	60	R$ 115,79	R$	6.947,40
73	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO Nº24	TRIUNFO	60	R$ 77,13	R$	4.627,80
74	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO Nº32	TRIUNFO	60	R$ 89,97	R$	5.398,20
75	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO Nº36	TRIUNFO	60	R$ 90,62	R$	5.437,20
76	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO Nº40	TRIUNFO	60	R$ 61,82	R$	3.709,20
77	CAIXA TERMICA ISOPOR 150 LITROS	TERMOLAR	60	R$ 149,99	R$	8.999,40
78	CAIXA TERMICA ISOPOR 170 LITROS	TERMOLAR	60	R$ 189,99	R$	11.399,40
80	COLHER DE ALUMINIO GRANDE	MARTINAZZO	60	R$ 9,97	R$	598,20
83	COLHER DESCARTAVEL C/50 UNID	TOTALPLAST	720	R$ 4,20	R$	3.024,00
84	CONCHA DE ALUMINIO N° 14	MARTINAZZO	60	R$ 19,10	R$	1.146,00
86	COPO DE VIDRO 190ML	NADIR	60	R$ 11,99	R$	719,40
87	COPO DE VIDRO CONJ.C/08	NADIR	60	R$ 27,64	R$	1.658,40
88	COPOS DE VIDRO C/ 6 PEÇAS	NADIR	60	R$ 26,36	R$	1.581,60
90	CUSCUZEIRA DE ALUMÍNIO N°26	TRIUNFO	60	R$ 28,94	R$	1.736,40
93	DEPÓSITO DE PLÁSTICO CAP. 05 LITROS	PLASVALE	60	R$ 18,30	R$	1.098,00
95	DEPÓSITO PARA GUARDAR TALHERES, COM TAMPA, EM PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAMENTE 325 DE LARGURA E 30 CM DE COMPRIMENTO	PLASVALE	60	R$ 25,51	R$	1.530,60

96	ESCORREDOR DE MACARRÃO PLÁSTICO	PLASVALE	60	R$ 8,59	R$	515,40
97	ESCORREDOR DE MACARRÃO ALUMINIO Nº 30	MERCOMPLAS	60	R$ 48,42	R$	2.905,20
98	ESCORREDOR DE MACARRÃO ALUMINIO Nº 40	MERCOMPLAS	60	R$ 53,58	R$	3.214,80
99	ESCORREDOR DE MACARRÃO ALUMINIO Nº 45	MERCOMPLAS	60	R$ 35,06	R$	2.103,60
101	FACA DESCARTÁVEL PCT C/50 UNID	TOTALPLAST	60	R$ 4,35	R$	261,00
102	FAQUEIRO COM 48 PEÇAS	TRAMONTINA	60	R$ 58,25	R$	3.495,00
103	FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO GRANDE	TRAMONTINA	60	R$ 41,75	R$	2.505,00
104	FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO MÉDIA	TRAMONTINA	60	R$ 34,85	R$	2.091,00
105	GARRAFA P/CAFÉ C/VALVULA	TRAMONTINA	60	R$ 33,30	R$	1.998,00
106	GARRAFA PLÁSTICA AMERICANA C/ TAMPA, CAP. 1 LITRO	PLASVALE	60	R$ 3,71	R$	222,60
108	GARRAFA TERMICA P/CAFÉ 1LT	TERMOLAR	60	R$ 22,49	R$	1.349,40
109	GARRAFA TERMICA CAFÉ INOX 1L	TERMOLAR	60	R$ 75,25	R$	4.515,00
110	GARRAFÃO TÉRMICO CAP. 05 LTS	TERMOLAR	60	R$ 42,29	R$	2.537,40
111	JARRA DE PLÁSTICO 2LTS	PLASVALE	60	R$ 9,50	R$	570,00
112	JARRA P/ ÁGUA E SUCO CAP. 04L	PLASVALE	60	R$ 2,93	R$	175,80
113	JARRA P/ÁGUA DE PLÁSTICO CAP AC. P/ 1 LITRO	PLASVALE	60	R$ 8,55	R$	513,00
114	JARRA P/ÁGUA DE PLÁSTICO CAP AC. P/ 1 JARRA PLÁSTICA P/AGUA/SUCO, CAP 1 L	PLASVALE	60	R$ 2,93	R$	175,80
115	JARRA P/ÁGUA DE PLÁSTICO CAP AC. P/ 1	PLASVALE	60	R$ 20,15	R$	1.209,00

	JARRA PLÁSTICA P/AGUA/SUCO, CAP 1 L					
117	KIT PARA MERENDA ESCOLAR - COPO, PRATO E COLHER DE PLÁSTICO	PLASVALE	3.400	R$ 3,63	R$	12.342,00
118	LEITEIRA GRANDE 35X36 COM ALÇA	TRIUNFO	60	R$ 34,79	R$	2.087,40
119	PANELA DE PRESSÃO C/07 LTS	PANELUX	60	R$ 59,51	R$	3.570,60
120	PANELA DE PRESSÃO COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS.	PANELUX	60	R$ 73,49	R$	4.409,40
121	PANO DE COPA E COZINHA, TIPO FELPUDO	SANTA MARIA	120	R$ 3,47	R$	416,40
122	PAPEIRO GRANDE	TRIUNFO	60	R$ 24,93	R$	1.495,80
123	PAPEIRO MEDIO	TRIUNFO	60	R$ 15,91	R$	954,60
126	PRATO DE LOUÇA	NADIR	360	R$ 6,89	R$	2.480,40
127	PRATO DE PORCELANA	PORCELANA SMIDHT	360	R$ 55,67	R$	20.041,20
129	PORTA COPOS DESCATÁVEIS, PARA COPOS DE ÁGUA DE 180 A 200ML, EM ACRÍLICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,43X12X11 CM E 6CM DE DIÂMETRO, COM BOTÃO DE PRESSÃO, LIBERAÇÃO DE UM COPO POR VEZ, COM ABAS PARA FIXAÇÃO NA PAREDE.	BRALIMPIA	40	R$ 43,99	R$	1.759,60
131	SALEIRO DE PLASTICO	PLASVALE	40	R$ 6,12	R$	244,80
132	TÁBUA DE CORTE, EM POLIETELENO, COM ALÇA, TAMANHO P, MEDINDO 285X197X6MM	PLASVALE	60	R$ 23,41	R$	1.404,60
133	TÁBUA DE CORTE, EM POLIETELENO, COM ALÇA, TAMANHO G,	PLASVALE	60	R$ 22,10	R$	1.326,00

	MEDINDO 404X262X7MM					
135	TACHO MÉDIO	TRIUNFO	60	R$ 46,39	R$	2.783,40
136	RECIPIENTE EM VIDRO PARA GUARDAR ALIMENTOS	NADIR	120	R$ 23,41	R$	2.809,20
137	XICARA COM PIRES GRANDE C/06	NADIR	120	R$ 28,02	R$	3.362,40
138	XÍCARA C/ PIRES PEQUENA C/06	NADIR	120	R$ 28,31	R$	3.397,20
139	XÍCARA P/CAFÉ	NADIR	360	R$ 7,48	R$	2.692,80

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R$ 1.219.612,00 (um milhão duzentos e dezenove mil seiscentos e doze reais)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão

reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices previstos em o ato oficial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) idas uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) idas uteis.
8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega,

os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementálos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificara imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa: 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i.O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133,

de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,

com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.
12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 Para dar sustentação a despesa a ser realizada, correrá por conta dos recursos: Dotação Orçamentária, Elemento de Despesa e Projeto Atividade na forma que segue abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJ. ATIVIDADE	ELET. DE DESPESA	FONTE RECURSO
08.244.0003.2048.0000	2048	33.90.30	500
08.244.0003.2049.0000	2049	33.90.30	500
08.244.0003.2050.0000	2050	33.90.30	660
08.244.0003.2051.0000	2051	33.90.30	660
08.244.0003.2053.0000	2053	33.90.30	660
08.244.0003.2054.0000	2054	33.90.30	660
08.244.0003.2055.0000	2055	33.90.30	660
08.244.0003.2056.0000	2056	33.90.30	660
08.244.0003.2057.0000	2057	33.90.30	661
08.244.0003.2058.0000	2058	33.90.30	660
08.244.0003.2189.0000	2189	33.90.30	660
08.244.0003.2196.0000	2196	33.90.30	660
08.244.0003.2197.0000	2197	33.90.30	660
10.301.0011.2096.0000	2096	33.90.30	500
12.361.0008.2016.0000	2016	33.90.30	500
12.361.0008.2025.0000	2025	33.90.30	542/540
12.365.0008.2028.0000	2028	33.90.30	540
12.365.0008.2110.0000	2110	33.90.30	540
12.366.0008.2029.0000	2029	33.90.30	541
12.361.0008.2021.0000	2021	33.90.30	550
12.361.0008.2201.0000	2201	33.90.30	543
12.361.0008.2018.0000	2018	33.90.30	569
12.361.0008.2019.0000	2019	33.90.30	551
12.361.0008.2022.0000	2022	33.90.30	569
12.365.0008.2024.0000	2024	33.90.30	500
12.365.0008.2111.0000	2111	33.90.30	500
12.365.0008.2112.0000	2112	33.90.30	550
12.365.0008.2113.0000	2113	33.90.30	550
12.365.0008.2114.0000	2114	33.90.30	552
12.365.0008.2115.0000	2115	33.90.30	552
12.365.0008.2193.0000	2193	33.90.30	569
12.366.0008.2023.0000	2023	33.90.30	500

04.122.0002.2009.0000	2032	33.90.30	500
10.301.0011.2030.0000	2030	33.90.30	500

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – FISCAL DO CONTRATO

O fiscal do Contrato da Secretaria de Saúde é o Sr. Willians Rodrigo Sotero Silva, Matricula 1312-4, CPF nº. 028.395.233-45, da Secretaria Municipal de Administração é o Sr. Sara Sousa dos Santos, CPF Nº. 105.619.083-38, da Secretaria Municipal de Educação é o Sr. Renan de Oliveira Barroso, CPF nº. 015.887.113-82, da Secretaria de Assistencia Social é a Sra. Lidiane Sousa Macedo, CPF nº. 033.296.093-54.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Altos, Estado do Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedro II/PI, 28 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
OSMAR SANTOS GETIRANA
Data: 28/09/2026 15:24:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TATIANA MARTINS GALVAO BENICIO:78880432320
Assinado de forma digital por TATIANA MARTINS GALVAO BENICIO:78880432320
Dados: 2026.09.29 09:13:49 -03'00'

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
OSMAR SANTOS GETIRANA
CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TATIANA MARTINS GALVÃO BENICIO
CONTRATANTE

HELANY MAX DE SOUSA SILVA:90621093300
Assinado de forma digital por HELANY MAX DE SOUSA SILVA:90621093300
Dados: 2026.09.28 15:06:30 -03'00'

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HELANY MAX DE SOUSA SILVA
CONTRATANTE

MARIA ANDREIA DOS SANTOS SILVA:01072308363
Assinado de forma digital por MARIA ANDREIA DOS SANTOS SILVA:01072308363
Dados: 2026.09.28 14:41:30 -03'00'

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MARIA ANDREIA DOS SANTOS SILVA
CONTRATANTE

NOGUEIRA E ALENCAR LTDA:16750320000107
Assinado de forma digital por NOGUEIRA E ALENCAR LTDA:16750320000107
Dados: 2026.09.28 16:39:42 -03'00'

NOGUEIRA & ALENCAR LTDA
CNPJ nº 16.750.320/0001-07
Francisco da Mota Trigo de Moura
CONTRATADA